



Estudo sobre juízes ganhando mais que o teto foi destaque

Levantamento divulgado nesta semana pela revista **Consultor Jurídico** aponta que alguns juízes federais e procuradores da República chegam a receber mais de R\$ 60 mil por mês, levando-se em conta benefícios além do salário, como auxílio-saúde, auxílio-educação e auxílio-transporte. A análise foi feita pelo procurador federal Carlos André Studart Pereira, a pedido da Associação Nacional dos Procuradores Federais (Anpaf), e enviada a parlamentares. Segundo o levantamento, essas verbas têm sido pagas de maneira disfarçada, como se fossem indenizações, e acabam ficando de fora do limite legal. Pela Constituição, o teto é o salário de ministro do Supremo Tribunal Federal (hoje em R\$ 37,4 mil). *Clique [aqui](#) para ler a notícia.*

Sistema carcerário

Quando o Poder Executivo não implanta políticas públicas no sistema prisional, cabe ao Judiciário obrigar o governo a adotar medidas para respeitar o princípio da dignidade da pessoa humana. Assim entendeu o Plenário do STF ao reconhecer decisão judicial que determinava obras emergenciais num presídio do Rio Grande do Sul. O governo estadual questionava a ordem com base no princípio da reserva do possível, mas os ministros entenderam que a Administração não pode usar esse argumento para omitir-se em questões constitucionais. *Clique [aqui](#) para ler a notícia.*

Proibição de liminares

Senadores têm se mobilizado para aprovar a chamada Agenda Brasil, com o objetivo de tirar o Planalto da crise econômica e institucional. O pacote mistura uma série de medidas, da terceirização de trabalhadores a mudanças na regulamentação de áreas indígenas. Uma das propostas é “avaliar a proibição de liminares judiciais que determinam o tratamento com procedimentos experimentais onerosos ou não homologados pelo SUS”. A judicialização da saúde preocupa o governo, que entre 2012 e 2014 desembolsou R\$ 1,76 bilhão para atender essas demandas, segundo a Interfarma (Associação da Indústria Farmacêutica de Pesquisa). *Clique [aqui](#) para ler a notícia.*

Entrevista da semana

O presidente do Instituto Brasileiro de Ciências Criminais (IBCCrim), Andre Kehdi, critica propostas que retiram direitos dos cidadãos, como reduzir a maioria penal e decretar a prisão de réus antes do trânsito em julgado. “Não existe uma relação direta, necessária e comprovada entre aumento da punição (...) e redução da criminalidade”, diz o advogado, que comanda entidade com mais de 4 mil associados. “Hoje, o Congresso finalmente tem autonomia, mas está usando esse poder contra direitos individuais e sociais”, avalia. Ele elogia a implantação das audiências de custódia pelo país, defende a descriminalização das drogas e declara preocupação com o crescimento das delações premiadas quando o acusado está preso. *Clique [aqui](#) para ler a entrevista.*

Audiência

Medição do Google Analytics aponta que a **ConJur** recebeu 762,3 mil visitas e teve 1,3 milhão de visualizações de página entre os dias 7 e 13 de agosto. A terça-feira (11/8) foi o dia com mais acessos,



quando o site recebeu 142,5 mil visitas.

O texto mais lido, com 25,1 mil acessos, foi sobre o levantamento apontando membros de carreiras jurídicas cujas remunerações ultrapassam o teto remuneratório do serviço público. A análise foi feita pelo procurador federal Carlos André Studart Pereira, a pedido da Associação Nacional dos Procuradores Federais (Anpaf). *Clique [aqui](#) para ler a notícia.*

Com 17,6 mil leituras, ocupa o segundo lugar no ranking a notícia de que o deputado federal Ricardo Barros (PP-PR) escreveu parecer defendendo o fim da necessidade do Exame de Ordem para quem deseja exercer a advocacia. “Não há porque continuar existindo apenas para a Ordem dos Advogados do Brasil um privilégio ilegítimo, inconstitucional e absurdo”, declara Barros em documento apresentado à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania da Câmara. *Clique [aqui](#) para ler a notícia.*

As 10 mais lidas

[Levantamento mostra que juízes ganham até o dobro do salário de ministros do Supremo](#)
[No Dia do Advogado, relator apresenta parecer pelo fim do Exame de Ordem](#)
[Supremo aprova proposta de reajuste de 41% para servidores do Judiciário](#)
[Um milhão de advogados + dezenas de carreiras jurídicas. E fracassamos!](#)
[Dilma sanciona lei que transfere depósitos judiciais para Executivo](#)
[Lei 13.146 acrescenta novo conceito para capacidade civil](#)
[Conheça o usucapião cartorário extrajudicial do novo CPC](#)
[STJ divulga 14 teses sobre improbidade administrativa em seu site](#)
[Jornalista está preso em delegacia há mais de um mês por crime de opinião](#)
[Ao achar na internet texto apontado como prova, Moro decreta prisão preventiva](#)

Manchetes da Semana

["Reserva do possível" não permite que Executivo ignore Constituição, julga Supremo](#)
[Tribunal de Justiça de SP libera lei que só permite negatar nome de consumidor depois de aviso](#)
[STF aprova proposta de reajuste de 41% para servidores do Judiciário](#)
[Prisão domiciliar não impede concessão de indulto humanitário por doença](#)
[Juros remuneratórios sobre expurgos de poupança incidem até fechamento da conta](#)
[Levantamento mostra que juízes ganham até o dobro do salário de ministros do Supremo](#)
[Greve de servidores ameaça eleições de 2016, afirma AGU, em ação no STJ](#)
[Celetista não tem direito a isonomia salarial com estatutário, reafirma TST](#)
["Congresso está usando seu poder contra os direitos individuais e sociais"](#)
[Uso da mesma certificação digital por advogados do autor e do réu prova fraude](#)

Date Created

15/08/2015